
Governo prepara MP para restringir bets; texto não foi publicado

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

Governo prepara MP para restringir bets; texto não foi publicado

Apuração de imprensa aponta minuta em elaboração na Casa Civil, com hipótese de proibir verticais; Fazenda resiste e nada é exigível hoje

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 09/09/2026 às 07h03

· 6 min de leitura

Por que importa

Uma MP tem eficácia na data de publicação, sem período de adaptação: restrição publicitária editada por esse instrumento atinge planos de mídia de Q4 de um dia para o outro.

A hipótese de proibir o cassino online coloca em risco a vertical que sustenta a maior parte da receita bruta de jogo dos licenciados brasileiros, com efeito direto sobre contratos de conteúdo e RGS.

Enquanto não há texto no DOU, nenhuma obrigação é exigível — ajustar produto por minuta não publicada gera custo sem contrapartida legal.

Governo prepara MP para restringir bets; texto não foi publicado

O governo federal prepara uma Medida Provisória para endurecer as regras do mercado regulado de apostas, segundo relatos de fontes ligadas ao Planalto publicados nesta semana — um instrumento que, se editado, passa a valer na data da publicação e obriga operadores, provedores e áreas de marketing a responder em horas, não em meses.

A apuração divulgada nesta quarta indica que o presidente Lula está próximo de editar a MP, com vigência imediata caso adotada, e que as fontes consultadas não descartam a proibição de verticais inteiras, como cassino online ou apostas esportivas. Nada foi publicado no Diário Oficial da União. O estágio descrito é de minuta em elaboração na Casa Civil, sem confirmação de existência, conteúdo ou data de edição em fonte oficial — Casa Civil, SPA/MF ou DOU.

O que não está confirmado

Se a MP existe, qual o texto e quando sairia — toda a informação vem de apuração com fontes não nomeadas.

Se tratará de publicidade, de proibição de vertical, de tributação ou de mais de um desses temas.

A alíquota de 15% para bets atribuída ao Orçamento de 2027, que não foi checada no texto do PLOA.

O impacto fiscal de R\$ 12,2 bilhões atribuído à Folha de S.Paulo, não verificado na matéria original.

Por que MP e não projeto de lei

A escolha do instrumento é deliberada, conforme a apuração: o presidente não busca aprovar as medidas por projeto de lei porque a tramitação no Congresso reduziria o impacto político imediato antes das eleições. A CNN Brasil associou o esforço de aceleração ao calendário eleitoral de outubro, e pesquisas do PT com o próprio eleitorado apontam que "três em cada quatro" rejeitam o regime de bets. O cenário pré-eleitoral citado como motivador é uma disputa cabeça a cabeça em torno de 36% para Lula e 29% para Flávio Bolsonaro.

O movimento fecha um ciclo aberto em abril, quando o presidente sinalizou que reformaria o setor por decreto presidencial, com coordenação da Casa Civil e participação dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Justiça. Dentro do governo há disputa: setores da Fazenda resistem a medidas mais drásticas por entenderem a relevância econômica do setor, e a

Governo prepara MP para restringir bets; texto não foi publicado

dificuldade do ministro Dario Durigan é convencer Lula de que uma atividade bem regulada importa para as contas públicas.

Não há declaração oficial atribuível da Casa Civil, da SPA/MF ou de Durigan sobre o conteúdo da MP. Em entrevista ao podcast Não Inviabilize, em agosto, o presidente afirmou, na versão consultada em inglês, que "we have to put an end to them" e que "the tragedy of gambling is that you spend your whole life gambling to pay off the losses" — transcrições que ainda precisam ser confrontadas com o áudio original.

A frente legislativa em paralelo

O Congresso recebeu mais de 200 proposições relacionadas à regulação, restrição ou revisão da Lei das Bets desde o início do mercado regulado, e apenas três reúnem apoio relevante. Nenhuma foi aprovada.

ProposiçãoO que prevêSituação

PL 1.808/2026Revoga o marco reguladoEm tramitação

PL 2.258/2026Preserva a aposta esportiva de quota fixa e proíbe o cassino onlineNa Câmara, aguardando despacho da presidência da Casa

PL 5.153/2026Encerra a aposta online e extingue em 180 dias as licenças federais emitidas pela SPAEm tramitação

Projetos com apoio relevante — nenhum aprovado

O PL 5.153/2026 é da deputada Caroline de Toni (PL), que justificou o texto afirmando, em tradução da fonte consultada, que "o mercado de apostas atingiu escala econômica suficientemente alta para interferir nas decisões de consumo, poupança e endividamento das famílias brasileiras". O texto original da justificativa ainda precisa ser recuperado.

A contradição fiscal do movimento

Arrecadação tributária em 2025: quase R\$ 10 bilhões

Janeiro a julho de 2026: R\$ 8,747 bilhões entregues aos cofres públicos, alta de quase 80% sobre igual período de 2025

Estimativa da Receita Federal para 2026: R\$ 16 bilhões

Governo prepara MP para restringir bets; texto não foi publicado

Outorgas e licenças pagas desde a regulamentação: mais de R\$ 2,5 bilhões

O ponto que resta checar é a contradição entre restringir o setor e manter projeção de receita de bets no Orçamento de 2027. Também precisa ser confrontada com a publicação original a afirmação, citada pela SBC News, de que o Banco Central refutou a associação entre endividamento e apostas, atribuindo-o ao uso de cartão de crédito.

Quem sente primeiro

A exposição maior está nos licenciados de cassino online, porque restrições publicitárias e a proibição da vertical estão entre as hipóteses em avaliação. Provedores de jogos e agregadores correm risco de perder acesso a uma vertical inteira, com contratos de conteúdo e receita por RGS em xeque. Em M&A, cláusulas de *material adverse change* e valuation de ativos brasileiros passam a precificar risco de MP.

Marketing e mídia têm o prazo mais apertado: uma restrição publicitária editada por MP entra em vigor na publicação, sem adaptação, e planos de Q4 com Champions, Brasileirão e final de temporada ficariam sujeitos a revisão de um dia para o outro. Quem já vinha ajustando o mix depois das restrições de publicidade que forçaram o reequilíbrio entre performance e marca e da consulta pública da SPA sobre limites em transmissões esportivas parte de uma base melhor.

O que fazer nesta semana

Monitorar o DOU, incluindo edições extras, e o site da Casa Civil todos os dias — a MP produz efeito na publicação.

Preparar contingência publicitária: mapear campanhas, patrocínios e criativos suspensíveis em 24 horas, com cláusula de interrupção acordada com veículos, clubes e afiliados.

Rodar cenário de receita sem cassino online, parcial e total, com impacto em GGR, margem, folha e outorgas já pagas.

Alinhar com ANJL, ABRAJOGO e IBJR a estratégia jurídica, incluindo o argumento de segurança jurídica sobre outorgas quitadas.

Não antecipar mudança operacional com base em minuta não publicada.

Governo prepara MP para restringir bets; texto não foi publicado

Compliance e jurídico devem se preparar para ler e responder em 24 a 48 horas após eventual publicação, com hipótese de judicialização. O histórico do primeiro ciclo — descrito em o que a fiscalização da SPA já mostrou sobre suas prioridades — e a leitura de o que a experiência regulatória europeia sugere sobre os próximos passos no Brasil ajudam a calibrar cenários. Até que haja texto no DOU, nada disso é obrigação exigível.

Acompanhe a edição do DOU com a gente

Se a MP for publicada, avisamos com a leitura do texto e o impacto por vertical na mesma manhã — assine para receber o alerta antes da reunião de contingência. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Casa Civil · Cassino online · Publicidade · Regulação · SPA/MF · Tributação

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/regulacao/governo-prepara-mp-para-restringir-bets-texto-nao-foi-publicado>

Documento gerado em 09/09/2026 às 11h02.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.